
Dossiê

MEMÓRIAS DAS FEIRANTES SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE VIDA E TRABALHO NA CEASA DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA



MEMORIAS DE COMERCIANTES DEL MERCADO SOBRE SUS TRAYECTORIAS DE VIDA Y TRABAJO EN CEASA DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Caminhos da História

MEMORIES OF MARKET WOMEN ABOUT THEIR LIFE AND WORK TRAJECTORIES AT CEASA IN VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

 Priscilla Rosa Azevedo ⁱ

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB),
Brasil
priscillarosaazevedo@gmail.com

 Raick de Jesus Souza ⁱⁱ

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB),
Brasil
raick.souza.ba@gmail.com

Caminhos da História

vol. 29, núm. 2, p. 135 - 153, 2024
Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil
ISSN: 1517-3771
ISSN-E: 2317-0875
Periodicidade: Semestral
revista.caminhosdahistoria@unimontes.br

Recepção: 29 Maio 2024

Aprovação: 28 Junho 2024

DOI: <https://doi.org/10.46551/issn.2317-0875v29n2p.113-134>

URL: <https://portal.amelica.org/ameli/journal/507/5075138011/>

Resumo: O objetivo central deste artigo é analisar as memórias e percepções das feirantes de Vitória da Conquista-BA, por meio de suas trajetórias profissionais e memórias individuais e coletivas. Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa e retrospectiva, elaborada a partir da coleta e análise de entrevistas, na qual contamos com a colaboração de 11 participantes, com idades entre 32 e 72 anos e cuja média de tempo de atuação profissional varia entre 2 e 40 anos. Os dados coligidos foram interpretados à luz da metodologia da análise de conteúdo, na qual identificamos algumas categorias de análise, dentre as quais encontram-se: trabalho na feira livre, trabalho no campo e trabalho doméstico. Ao término da pesquisa percebemos que muitas das participantes associam o trabalho doméstico como sendo função social das mulheres, ademais, muitas das trabalhadoras trazem em suas recordações memórias sobre o trabalho no campo. Todavia, as participantes caracterizaram o trabalho como feirante como sendo fator de emancipação econômica e de promoção da dignidade humana. Esperamos com este estudo contribuir para a expansão crítica dos estudos sobre o protagonismo feminino no mercado de trabalho informal.

Autor notes

- ⁱ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Memória: linguagem e Sociedade (PPGMLS-UESB). E-mail: priscillarosaazevedo@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-0748-3761>.
- ⁱⁱ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação Memória: linguagem e Sociedade (PPGMLS-UESB). Mestre em História das Ciências e da Saúde pela FIOCRUZ. E-mail: raick.souza.ba@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2987-2924>.
-



Palavras-chave: mulheres feirantes, trabalho feminino, trajetórias profissionais.

Resumen: El objetivo central de este artículo es analizar las memorias y percepciones de los comerciantes del mercado de Vitória da Conquista-BA, a través de sus trayectorias profesionales y memorias individuales y colectivas. Se trata de una investigación cualitativa y retrospectiva, desarrollada a partir de la recogida y análisis de entrevistas, en la que contamos con la colaboración de 11 participantes, con edades comprendidas entre 32 y 72 años y cuya experiencia profesional media varía entre 2 y 40 años. Los datos recolectados fueron interpretados a la luz de la metodología de análisis de contenido, en la que identificamos algunas categorías de análisis, entre las que se encuentran: trabajo en el mercado ambulante, trabajo en el campo y trabajo doméstico. Al final de la investigación nos dimos cuenta que muchas de las participantes asocian el trabajo doméstico como una función social de las mujeres, además, muchas de las trabajadoras traen en sus memorias recuerdos sobre el trabajo en el campo. Sin embargo, los participantes caracterizaron el trabajo en un puesto de mercado como un factor de emancipación económica y promoción de la dignidad humana. Esperamos con este estudio contribuir a la ampliación crítica de los estudios sobre el protagonismo femenino en el mercado laboral informal.

Palabras clave: mujeres comerciantes, trabajo de las mujeres, trayectorias profesionales.

Abstract: The central objective of this article is to analyze the memories and perceptions of market traders in Vitória da Conquista-BA, through their professional trajectories and individual and collective memories. This is a qualitative and retrospective research, developed from the collection and analysis of interviews, in which we had the collaboration of 11 participants, aged between 32 and 72 years old and whose average professional experience varies between 2 and 40 years. The data collected were interpreted in light of the content analysis methodology, in which we identified some categories of analysis, among which are: work in the street market, work in the field and domestic work. At the end of the research we realized that many of the participants associate domestic work as being a social function of women, in addition, many of the workers bring memories about working in the field in their memories. However, the participants characterized working as a market stall as a factor of economic emancipation and promotion of human dignity. We hope with this study to contribute to the critical expansion of studies on female protagonism in the informal job market.

Keywords: market women, women's work, professional trajectories.



Introdução

O objetivo desta pesquisa é analisar as memórias das mulheres que trabalham como feirantes na Feira Livre Edmundo Flores (CEASA)^[1] de Vitória da Conquista/BA, com o intuito de entendermos a dinâmica desse trabalho dentro da desigualdade de gênero. O interesse pelo tema da pesquisa surgiu ao longo dos anos finais da graduação em Direito, ao nos depararmos com relatos de trabalhadoras que narravam situações inusitadas, tais como ser destrutada por ser feirante, o que refletia as marcas do ser mulher trabalhadora da feira livre.

O ato de ir a CEASA de Vitória da Conquista^[2] faz parte da vida social de quem reside na cidade ou eventualmente passa por ali, uma vez que o município é um dos mais importantes interpostos comerciais, dedicado à prestação de serviços, do interior do estado da Bahia (IBGE, 2019; SANTOS; ROCHA, 2019). Contudo, ao longo das nossas primeiras incursões, na condição de pesquisadores voltamos nossas atenções para os relatos das feirantes, a fim de analisarmos o cotidiano das atividades exercidas por essas trabalhadoras na feira livre que são permeadas pela memória dos papéis de gênero.

De acordo com a Secretaria Municipal de Serviços Públicos de Vitória da Conquista, responsável pela coordenação, supervisão e execução das atividades relativas à prestação e manutenção dos serviços públicos locais, na CEASA de Vitória da Conquista, existem aproximadamente 1.700 feirantes, inexistindo qualquer dado oficial a respeito da quantidade de mulheres que exercem esta atividade (PMVC, 2020). A ausência de dados oficiais sobre a quantidade de mulheres feirantes, longe de se configurar enquanto um entrave a consecução deste estudo, nos aguçou ainda mais a curiosidade científica em compreender as dinâmicas que estão por traz dessa profissão, uma vez que o trabalho desses profissionais é essencial para a manutenção da vida dos sujeitos que consome os alimentos e produtos que ali são ofertados. Não devemos esquecer, que em geral nas feiras livres, é possível encontrar os produtos que compõe a biodiversidade local.

A memória das mulheres feirantes é essencial para a construção da memória coletiva e da história regional, pois elas representam guardiãs de saberes e tradições que atravessam gerações, sendo transmitido, sobretudo, por meio da oralidade. Suas experiências de vida, transmitidas oralmente e através de suas práticas cotidianas, preservam conhecimentos sobre agricultura, culinária e modos de vida que são fundamentais para a identidade cultural de uma comunidade.

Além disso, essas mulheres desempenham um papel crucial na economia local e no tecido social, estabelecendo redes de solidariedade e contribuindo para a vitalidade das feiras, que são espaços de troca não apenas de mercadorias, mas também de histórias e afetos. Assim, reconhecer e valorizar a memória dessas mulheres é fundamental para uma compreensão mais completa e inclusiva da história local, que abarca tanto as grandes narrativas quanto as pequenas histórias que moldam o cotidiano.

Arcabouço teórico-metodológico

Como sabemos, o estudo da memória perpassa por vários ramos do conhecimento e é analisado por algumas ciências e campos do saber. Dentre elas, destaca-se a Filosofia, Psicologia, Sociologia e Medicina. Por conta disso, muitas vezes a análise deste objeto está relacionada a questionamentos correlatos a alguns fenômenos (a exemplo do tempo, duração, recordação, esquecimento, linguagem etc.).

Em diferentes momentos da humanidade, pensadores e filósofos se propuseram a discutir a memória enquanto um fenômeno. Dentre eles, podemos destacar a contribuição de Halbwachs (1877-1945), filósofo francês que inovou profundamente o campo da teoria da memória ao trazer ideias que até então não tinham sido associadas às Ciências Sociais, como observamos em *Os quadros sociais da memória* (1925) e *A memória coletiva* ([1950] 2017), onde o pensador nos mostrou como o simples ato de recordar, mesmo que realizado individualmente, está diretamente relacionado com as interações que construímos coletivamente, daí pensar a memória como sendo um construto sociocultural, relacionado aos grupos de pertencimento dos quais fazemos partes.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2017, p. 30)

O percurso teórico-metodológico que foi trilhado para a elaboração deste trabalho partiu de leitura cuidadosa dos teóricos e estudiosos da memória, a fim de perceber como as experiências de trabalho das feirantes da CEASA se relacionam com as questões de gênero.

Desse modo, selecionamos 11 trabalhadoras da feira livre da CEASA, no intuito de ampliar nosso conhecimento acerca das condições de trabalho no que tange suas atividades, suas percepções sobre o ser feirante, com vista a examinar as possíveis violências de gênero, além das múltiplas experiências com o atendimento ao público. A escolha pelo total de 11 entrevistadas seguiu o critério de saturação, que segundo Bardin ([1977] 2016), fica sempre ao critério dos interesses do(a) pesquisador(a) que, ao perceber a repetição das informações fornecidas, com base nos questionamentos inicialmente propostos no projeto de pesquisa, não oferecem maiores avanços aos estudos qualitativos. Logo, ao observamos certa confluência nos dados que eram coletados, optamos em encerrar nossas entrevistas, concluindo que as respostas cedidas nos garantiriam analisar as condições de trabalho das feirantes da CEASA em meio as diversas desigualdades de gênero no mundo do trabalho da feira livre.

No espaço da feira livre, além dos setores dedicados a comercialização dos produtos, encontramos também os estabelecimentos dedicados ao lazer, tanto de seus trabalhadores quanto de seus frequentadores. Nos referimos aos restaurantes e bares que servem refeições prontas e bebidas alcoólicas, consumidas em seu interior ou na área externa ao estabelecimento, embaladas, muitas vezes, ao som de músicas e onde é possível encontrar uma infinidade de histórias de vida, repletas de peripécias.

Atentos ao contexto complexo que são as feiras livres, optamos em entrevistar não somente as trabalhadoras que comercializam alimentos *in natura*^[3], desse modo, incluindo em na coleta de dados as feirantes que atuam nos restaurantes e bares e as trabalhadoras do setor de carnes.

Como ferramenta para armazenamento das entrevistas, utilizamos: prancheta reta contendo os tópicos da entrevista e os documentos pertinentes; telefone celular de modo gravação de voz, estando sempre visível; envelope onde foram armazenados o roteiro da entrevista respondidos, lacrado na presença das entrevistadas.

Discussões e resultados

De acordo com os dados do IBGE (2020), o salário médio mensal per capita da população ativa economicamente no município de Vitória da Conquista era de 1.9 salários-mínimos em 2020. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 23.9%. Na comparação com os outros municípios do Estado, ocupava as posições 124º de 417 municípios em valor médio do ganho per capita por trabalhadores e o 10º de 417 municípios em número da população ocupada, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 39.7% da população nessas condições, o que aponta para um alto número de pessoas vivendo em condições de vulnerabilidade social e alimentar.

Desse modo, a feira livre, considerado local de comércio de preço mais acessíveis, desempenha um papel relevante na manutenção dos atributos mínimos para a qualidade de vida da população. Como podemos verificar, do total de 11 trabalhadoras, oito informaram que seus rendimentos mensais eram de aproximadamente até um salário-mínimo, o que representa um ganho relativamente baixo, sobretudo quando consideramos o fato de que desse total de trabalhadoras somente uma não possui filhos e/ou dependentes, com relação às outras sete trabalhadoras.

Além disso, desse total de 11 trabalhadoras com ganhos baixos, três delas alegaram também que a renda média mensal de seu núcleo familiar era de aproximadamente um salário-mínimo, enquanto cinco outros informaram não ultrapassar de dois salários-mínimos. No quadro geral, percebemos o papel importante desempenhado por essas trabalhadoras na manutenção de seus respectivos núcleos familiares.

De acordo com Saffioti (1976, p. 24):

A MULHER das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares a tem contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental.

Portanto, devemos nos afastar do mito de que a mulher tenha conquistado o mercado de trabalho somente com o advento do capitalismo, a partir do trabalho fora de casa. Outra premissa que assumimos ao desenvolvermos nosso estudo foi o que de todas as participantes contribuía direta ou indiretamente a manutenção da subsistência de seu núcleo familiar. Desse modo, justificou-se as questões que foram colocadas as nossas entrevistadas.

Partimos da ideia de que refletir sobre suas condições de trabalho permitiram as mulheres feirantes da CEASA, compreender melhor os dilemas, problemas e satisfações que estão por traz do seu trabalho, de modo a contribuir na definição de novas estratégias de sobrevivência. Esta autorreflexão sobre si, sobre o seu trabalho e seu papel social, afeta diretamente na qualidade de vida das mulheres que são feirantes da CEASA. Acreditamos que esta pesquisa poderá ampliar nossa compreensão sobre as condições de vida e de trabalho das mulheres feirantes da CEASA, algo extremamente relevante socialmente e academicamente. Outro benefício seria apresentar este trabalho ao poder público (estadual e municipal) com o objetivo que políticas públicas adequadas sejam implementadas com o objetivo que melhorem as condições de trabalho das mulheres feirantes.

Consideramos que a memória coletiva e os relatos de experiência de vida e trabalho das mulheres envolvidas no comércio popular de alimentos são fundamentais para a construção da História Oral. Essas mulheres ocupam um papel central na cultura e na economia local, transmitindo saberes tradicionais, práticas de resistência e histórias de luta. Seus testemunhos revelam dinâmicas sociais, relações de gênero, e processos históricos que muitas vezes são invisibilizados pelas narrativas oficiais. Ao registrar suas vozes, a História Oral preserva memórias que enriquecem a compreensão sobre o cotidiano, as desigualdades e a agência dessas mulheres, valorizando suas contribuições para a identidade coletiva e para a perpetuação de práticas culturais (Ferreira; Amado,2006).

Com o propósito de garantirmos o sigilo das trabalhadoras, optamos em) atribuímos nomes fictício às participantes deste estudo, para resguardarmos suas identidades, desse modo, decidimos por denominar as feirantes com nomes de frutas da flora local. Na tabela 1 apresentamos os resultados dos questionários socioeconômico aplicados entre os dias 6 e 7 de dezembro de 2022.

Quadro 1
Dados socioeconômicos das trabalhadoras da CEASA de Vitória da Conquista, 2023

Nome	Idade	Raça/Etnia	Grau de escolaridade	Regime de trabalho
Buriti	32	Negra	Ensino médio incompleto	Autônoma
Caju	34	Parda	Ensino fundamental incompleto	Microempreendedora individual
Cupuaçu	41	Indígena	Nível superior completo	Autônoma
Mangaba	46	Parda	Ensino médio completo	Autônoma
Cajá	46	Parda	Ensino médio completo	Autônoma
Umbu	47	Branca	Ensino médio completo	Autônoma
Maracujá	55	Branca	Ensino médio completo	Autônoma
Cambuci	57	Parda	Ensino médio completo	Autônoma
Ingá	65	Negra	Não alfabetizada	Autônoma
Grumixama	68	Branca	Ensino primário	Autônoma
Açaí	72	Branca	Ensino fundamental incompleto	Autônoma

Elaboração própria, 2023.

A partir das informações coletadas entre as participantes desta pesquisa observamos que a maior parcela das entrevistadas é considerada, segundo a legislação brasileira vigente, enquanto população em idade ativa de trabalho^[4], pois, das 11 entrevistadas, oito têm idades entre 32 e 57 anos. Ainda com base no questionário socioeconômico aplicado, apenas três são pessoas idosas, com idades entre 65 e 72 anos.

Com base nos critérios étnico-raciais adotados pelo IBGE, percebemos o predomínio da população negra entre as entrevistadas, uma vez que das 11 trabalhadoras, duas se autodeclararam negras e quatro se autodeclararam pardas; seguindo o critério de autodenominação étnico-racial, encontramos entre as entrevistadas quatro trabalhadoras que se reconhecem enquanto brancas; seguidas de uma única entrevistada autodeclarada indígena. A partir desses dados podemos inferir que a população negra se encontra altamente presente nesse tipo de emprego, considerado, socialmente, enquanto um serviço subalterno, pois não requerer especialização profissional ou educacional para ser executado.

Quando comparamos o grau de escolarização entre as entrevistadas, constatamos, segundo os critérios étnico-raciais, a baixa escolarização da população negra entre as trabalhadoras da feira livre da CEASA, pois, das duas entrevistadas autodeclaradas negras, uma alegou não ter completado o ensino médio enquanto outra informou não ter sido escolarizada, o que aponta para o sistema de exclusão pelo qual passa a população afro-brasileira; entre as trabalhadoras autodeclaradas pardas, três alegaram ter completado o ensino médio enquanto uma informou não ter concluído o ensino fundamental, sinalizando, mais uma vez, para o sistema de exclusão que afeta mais pesadamente às pessoas negras. Das quatro trabalhadoras autodeclaradas brancas duas informaram terem terminado o ensino médio, enquanto uma alegou não ter concluído o ensino fundamental e outra declarou ter cursado somente o ensino primário. No quadro geral somente uma trabalhadora, autodeclarada indígena, informou ter concluído o ensino superior, tendo cursado Pedagogia.

Mesmo se tratando de um estudo qualitativo, a partir das informações coletadas pudemos observar quantitativamente que, do total de 11 trabalhadoras selecionadas aleatoriamente, 45% possuíam o ensino médio completo, 18% possuíam ensino fundamental incompleto, 9% não era escolarizada, 9% não completou o ensino primário, 9% não completou o ensino médio e 9% possuía ensino superior completo. Desse modo, percebemos que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394, aprovada em 20 de dezembro de 1996, apenas 45% das entrevistas completaram todo o ciclo da educação básica (cujo término compreende a conclusão do ensino médio), enquanto 36% não concluíram o ensino básico (cujo início inclui o ensino primário), 9% não teve acesso ao ensino básico (sendo enquadrada enquanto analfabeta) e apenas 9% avançou do ensino básico e obteve formação superior.

Logo, segundo a LDB, a maior parcela das trabalhadoras entrevistadas não é enquadrada enquanto profissionais especializadas, pois, segundo a reforma do ensino promovida por esta legislação, a conclusão do ensino básico não qualifica profissionalmente o(a) estudante ao mercado de trabalho especializado, o(a) habilitando(a) somente para o prosseguimento na vida formativa no ensino superior e o(a) qualificando a assumir postos de trabalhos que não exigem formação técnica ou profissional. Assim sendo, constatamos o baixo grau de escolarização entre as feirantes da CEASA, indício que aponta para a subalternização do trabalho na feira livre.

Ao serem questionadas sobre as responsabilidades pelos serviços domésticos em seus lares, a grande parcela das participantes alegou serem as principais encarregadas de executá-los, tanto ao longo do dia quanto durante os fins de semana – momentos que deveriam estarem reservados ao descanso – pois a média de horas trabalhadas diariamente é de aproximadamente 11 horas. Do total das 11 participantes, somente duas informaram dispor da ajuda de colaboradoras externas ao seu núcleo familiar, persistindo a prática do trabalho doméstico entre as mulheres, as quais trabalham em regimes não formais de contratação, o que se pressupõe a ausência de direitos trabalhistas e previdenciários. Duas das demais entrevistadas alegaram compartilhar dos serviços com seus familiares.

A participante Caju, por exemplo, informou que ao longo da semana as atividades básicas como varrer e cozinhar eram executadas pelas duas filhas menores de idade, uma de 11 anos e outra de 17 anos, contudo, afirmou ainda que a “faxina” – alusão a higienização mais completa – era de sua responsabilidade durante os fins de semana, bem como a lavagem das roupas de todos os moradores de seu domicílio. Ainda acerca do compartilhamento dos afazeres domésticos, nos chamou atenção o relato de Cambuci, mulher de 57 anos que divide o espaço de moradia com sua irmã, ex feirante de 72 anos que largou seu posto de trabalho em 2020, em decorrência da pandemia. De acordo com ela os afazeres domésticos são compartilhados entre as duas, exceto aqueles que exigem maiores esforços, pois sua irmã encontrava-se muito debilitada. Essa lógica foi apresentada por Bosi (1979; 1993) como sendo um dos aspectos em comuns presentes nos relatos das mulheres idosas, cujas origens pobres lhe impuseram assumir desde cedo às tarefas domésticas e o trabalho fora do domicílio, enquanto estratégias de sobrevivência.

As outras sete participantes informaram serem as únicas responsáveis pelos afazeres domésticos, que são realizados antes do início do expediente de trabalho na CEASA ou após o retorno, além dos domingos e feriados, quando é possível realizar uma limpeza mais cuidadosa.

Com base nesses relatos depreendemos que dentre as participantes deste estudo, além de atuarem em extensas jornadas de trabalho extra domicílio, assumem o duplo papel de se encarregarem pelos afazeres básicos de seus lares, essenciais para a manutenção de seus núcleos familiares e dos quais não recebem reconhecimento (FEDERICI, 2018), pois como nos afirmou Mangaba, “[...] os serviços domésticos são vistos como funções da mulher, seja ela filha, esposa ou mãe, que além de trabalhadoras, são primeiramente donas de casas”.

Conforme afirmou Sardenberg (2004), ao se basear no modelo de família tradicional burguesa, as sociedades capitalistas atuais, a exemplo da sociedade brasileira, são organizadas a partir do pressuposto de que o sexo feminino seria o “sexo frágil”, que necessita de proteção masculina, logo, a moral familiar burguesa tem sustentado os princípios básicos do modelo de família patriarcal, propondo que ao homem/marido/pai seja designado o papel de chefe do grupo doméstico, destinando-lhe a função de provedor financeiro, o que supostamente o isentaria dos afazeres domésticos e da responsabilidade pela educação e cuidado dos filhos(as) e/ou dependentes.

Nas falas das feirantes, percebemos como as atividades domésticas são naturalizadas enquanto funções femininas, um valor cultural que é transmitido de geração em geração, configurando-se enquanto um elemento constituinte da memória coletiva, não existindo entre elas nenhuma crítica quanto à perpetuação desse tipo de violência de gênero, que considera os afazeres domiciliares enquanto atividade não produtiva e de responsabilidade exclusiva do sexo feminino, independente da faixa etária.

Contudo, mesmo predominando na mentalidade da sociedade a validade desse padrão, observamos que “não se há de negar que, nas últimas décadas, esse modelo ou ideal de família venha sendo bastante contestado, inclusive porque as mulheres vêm saindo cada vez mais da sua suposta ‘domesticidade’, tornando-se figuras marcantes no mundo da produção” (SARDENBERG, 2004, p. 256), a exemplo das feirantes da CEASA que tivemos acesso. Entretanto, mesmo percebendo a mudança no que diz respeito ao protagonismo econômico destas trabalhadoras, como demonstramos ao apresentar a renda média mensal individual e a renda média familiar, onde grande parte das entrevistadas afirmaram serem as principais mantenedoras de seus núcleos familiares, ainda persiste entre elas a prática imposta pela ideologia machista de assumirem a responsabilidade integral dos serviços domésticos, sem que haja nenhum reconhecimento social quanto à sua relevância enquanto uma atividade produtiva.

Interpretado a partir dos postulados da teoria da memória coletiva, percebemos que essas trabalhadoras são reféns de um complexo sistema de opressão, no qual os valores do capitalismo e do machismo se unem, afetando na qualidade de vida dessas mulheres. Segundo Bosi (1979, p. 26), é comum encontrarmos entre as mulheres mais velhas, especialmente, as mais pobres, relatos sobre o início precoce na vida profissional, sobretudo, na condição de “ajudante” ou “auxiliar”, sem que exista por parte delas a consciência de que desde a tenra idade estavam fadadas a assumirem responsabilidades que não são reconhecidas enquanto atividades produtivas, logo, que não carecem do reconhecimento social devido.

No que se refere à necessidade de sobrevivência, encontramos relatos comoventes, segundo os quais a feira livre foi um dos caminhos mais fáceis para garantir as condições mínimas de autossustento e de seus filhos(as) e/ou dependentes. Açaí, por exemplo, afirmou categoricamente que sua escolha pelo trabalho na CEASA, o qual já realiza há oito anos, foi uma imposição em decorrência da pobreza, especialmente por não contar com a ajuda de nenhum outro familiar no sustento de seu lar e na criação de seus seis filhos. Segundo ela caso não fosse feirante, profissão que realiza há mais de 30 anos, gostaria de trabalhar como costureira, pois desde cedo aprendeu as técnicas ao ver sua mãe e outras mulheres de sua família “costurando para casa e para fora”.

A necessidade de sobrevivência também foi a justificativa apresentada por Cajá, que afirmou ter assumido o posto de feirante em decorrência da ausência de seu marido, a quem foi concedida a licença, porém, por ter se tornado transportador de mercadorias o mesmo não tinha como conciliar os dois serviços, restando a ela contratar uma cuidadora para lhe auxiliar nos cuidados de seus dois filhos menores de idade. Alegou também que já trabalha na CEASA há mais de 15 anos e caso não fosse feirante gostaria de abrir seu próprio negócio de confeitaria, trabalho que já executava antes de ingressar na feira livre e que tenta conciliar com a profissão de feirante, com os serviços domésticos e com o cuidado e a educação de seus três filhos. Observamos, portanto, um acúmulo de funções que extrapola o que é considerado uma dupla jornada de trabalho, logo, neste caso específico podemos mesmo falar em jornada quadrupla. Ser dona do seu próprio negócio também é um dos principais desejos de Caju, que nos informou trabalhar na feira livre há dois anos por necessidade de sobrevivência, uma vez que é a principal mantenedora de seu núcleo familiar e responsável pelo sustento e educação de seus quatro filhos(as).

“A necessidade de sustentar a casa” foi a resposta dada por Ingá ao ser questionada sobre os motivos que a levaram a se tornar feirante, ainda segundo a participante, sempre foi a principal responsável pelo sustento de seus cinco filhos(as), mesmo quando ainda era casada. Quando a questionamos qual outra profissão gostaria de exercer caso não fosse feirante, nos relatou em tom comovente que desejava apenas ter aprendido a ler e escrever e assim poder ter colaborado na educação de seus dependentes. Nos contou também que ingressou no serviço da feira livre há mais de 40 anos, estando na primeira turma das trabalhadoras credenciadas da CEASA quando da ocasião de sua inauguração em 1986. Ainda segundo ela, periodicamente assumiam a responsabilidade pelos cuidados intensivos de seu irmão mais velho, de 82 anos, que havia recentemente sofrido um acidente vascular cerebral que o tornou totalmente dependente.

A necessidade de sobrevivência também foi apontada por Cambuci como principal justificativa, ao afirmar que por ter sido dispensada de serviço de auxiliar de fisioterapia, profissão que realizou por mais de 10 anos. Como havia ficado cerca de nove meses desempregada, foi “obrigada” a trabalhar na CEASA, por indicação de sua irmã que já era feirante. Segundo seu relato, seu ingresso como feirante ocorreu há mais de 40 anos, quando ainda era menor de idade, contudo, havia se afastado em busca de novas oportunidades e que sua demissão não justificada a fez regressar à feira livre. Do mesmo modo que Buriti, nos informou que um de seus maiores sonhos era ter se tornado psicóloga, porém, as condições financeiras lhe impediram de o concretizá-lo, justificou ainda que na “época” em que era jovem e que estava disposta a estudar, os cursos disponíveis estavam localizados na capital do Estado ou em faculdades particulares, sendo esses os principais fatores que a levaram a desistir.

Dentre as 11 participantes deste estudo, somente uma alegou a busca pela autonomia financeira enquanto principal motivo que a levou ao serviço na feira livre, foi o caso de Cupuaçu, que trabalha na CEASA há cerca de quatro anos. Ainda segundo seu relato caso não fosse feirante desejaria seguir sua carreira enquanto docente e coordenadora pedagógica, pois como vimos, trata-se da única feirante entrevistada que concluiu o ensino superior.

Com relação às demais participantes, observamos uma curiosa associação entre o trabalho na feira livre com o trabalho no campo, segundo a qual a escolha pela profissão de feirante se dava em decorrência de serem oriundas da zona rural e de terem se inspirado em familiares que por muito tempo comercializaram gêneros alimentares produzidos nas pequenas propriedades onde habitavam.

Conforme nos relatou Mangaba, a profissão de feirante se deu em decorrência das condições precárias de sobrevivência em que estava submetida, portanto, muito mais do que uma escolha, o trabalho na feira livre seria o curso natural do sistema de produção dos lavradores, que se resumia em “plantar, colher e vender o que produziu” (PIERRI, 2010). Segundo ela, já são mais de 20 anos de trabalho na CEASA, profissão que a permite manter seu núcleo familiar e custear a educação de seus filhos. Quando questionada sobre qual profissão gostaria de exercer além da que ocupa atualmente, afirmou que sonhava cursar uma faculdade e se tornar administradora de empresa, mesma área que um de seus seis filhos escolheu trilhar. Vemos, portanto, que em seu relato encontramos a expressão de uma memória coletiva que associa o comércio de produtos rurais à sua própria produção.

Ainda no tocante à essa associação, nos chamou atenção as informações cedidas por Grumixama, que também atua na CEASA há cerca de 20 anos. De acordo com a participante, a feira livre foi o único meio encontrado para garantir as condições mínimas de sobrevivência, ao ter se deslocado do campo para a cidade, onde as oportunidades de emprego eram limitadas, em razão de sua baixa escolarização e a ausência de experiência profissional. Relatou ainda que por se sentir desrespeitada e desvalorizada socialmente pelo posto de trabalho que ocupa, especialmente por ser uma mulher idosa, caso lhe fosse possível sobreviver sem ter que trabalhar, gostaria de ser dona de casa e empenhar suas forças no cuidado de sua família. Assim sendo, nos afirmou que o principal motivo de ter se tornado feirante havia sido a necessidade de continuar fazendo algo que já estava habituada, que era comercializar produtos alimentícios produzidos no campo, tendo realizado essa função desde criança na companhia dos pais que eventualmente vinham até a cidade para negociarem o excedente do que produziam.

De forma semelhante, Umbu afirmou que sua principal inspiração para a escolha da profissão de feirante tinha sido seus pais, pequenos produtores rurais que comercializavam o excedente de sua produção na cidade, tendo os acompanhado por diversas vezes, exceto quando não ficava encarregada dos afazeres doméstico e do cuidado dos irmãos menores. Informou que trabalha na feira livre há mais de 34 anos, sendo 20 anos na CEASA e 14 anos em outra localidade. Quando perguntada se gostaria ou se já considerou exercer outra ocupação profissional, disse nunca ter pensado sobre o assunto e que assim como ela todos os seus três irmãos, além de um dos filhos e seu esposo, eram feirantes e atuavam na CEASA, em setores diversos. Aqui, observamos melhor o peso de um dos quadros sociais da memória coletiva, a saber, a família, como principal fonte de inspiração para a escolha da carreira profissional.

Com base nesses relatos, percebemos que na memória coletiva de muitas dessas trabalhadoras, especialmente àquelas provenientes do campo, sobressai a ideia de que o trabalho na feira livre – onde predomina a comercialização de produtos alimentares – seria uma extensão dos serviços que são realizados no campo ou como nas palavras de uma das participantes a efetivação do “sistema do lavrador”, mesmo que os gêneros por elas comercializados não sejam oriundos dos pequenos produtores e das pequenas propriedades rurais.

Outro ponto importante se refere a memória coletiva das feirantes sobre o trabalho infantil, em especial das trabalhadoras que são provenientes do campo, incluindo aqui três aspectos: o serviço doméstico, o cuidado dos familiares mais novos e o trabalho na lavoura. Entre as três participantes observamos a existência de um padrão comum, em que todas relataram trabalhar desde a infância nos serviços domésticos, especialmente na ausência da matriarca, além disso, afirmaram que parte da responsabilidade pelo cuidado dos irmãos mais novos eram compartilhados com a mãe ou com a irmã mais velha, predominando a atribuição desses serviços às mulheres, independente da faixa etária. Por fim, mas não menos importante, as três participantes recordaram terem colaborado com seus familiares na produção dos gêneros de subsistência e que eventualmente eram comercializados nas feiras livres de Vitória da Conquista, tendo, inclusive, participado do transporte e da venda desses produtos.

Logo, para uma parcela pequena, porém considerável dessas trabalhadoras, a profissão de feirante surgiu ainda durante a infância, sem que elas tivessem consciência sobre isso, inexistindo, ainda hoje, o reconhecimento do momento preciso em que sua jornada profissional começou. Uma vez que, ao serem questionadas sobre o tempo de trabalho como feirante, o marco temporal encontrado circunscreve-se à vida adulta e ao momento em que se tornaram mães, esposas, donas de casa e trabalhadoras extra domicílio. Contudo, ao considerarmos o trabalho doméstico enquanto atividade produtiva, podemos mesmo afirmar que, para a grande parcela das trabalhadoras ouvidas neste estudo, suas trajetórias profissionais tiveram início ainda durante a infância, seja com o trabalho no campo, no cuidado dos familiares mais jovens ou dependentes e na lida doméstica.

Ainda de acordo com Bosi (1979), ao questionarmos a memória que as mulheres mais velhas têm sobre suas vidas produtivas, encontraremos diversos relatos nos quais aparecem a responsabilidade integral pelos serviços domésticos, sobretudo se tratando das mulheres do campo, onde as oportunidades de trabalho extra domicílios eram e continuam sendo escassas. Todavia, como apontado pela pesquisadora, nos estarreceremos ao perceber que para muitas dessas trabalhadoras, cujas vidas sempre estiveram atravessadas pelo trabalho, especialmente, braçal, o marco temporal selecionado para definirem suas jornadas serão sempre a fase adulta ou o momento em que saíram de seu núcleo familiar primário para comporem suas próprias unidades familiares.

Ao relacionarmos o tempo de atuação profissional das participantes deste estudo, tendo por base os anos trabalhados na CEASA de Vitória da Conquista, constatamos que a média é relativamente alta, chegando a cifra de 19 anos. Entretanto, ao individualizarmos esta análise, encontramos uma disparidade que nos permitem afirmar, a partir dos referenciais teórico-metodológicos da memória coletiva, que a memória dessas feirantes com relação ao trabalho feminino varia segundo o tempo de atuação – que em outros termos significa o acúmulo de experiências – e com os grupos sociais aos quais se relacionam – tendo aqui como referência os diversos setores onde atuam na feira livre.

Logo, não podemos entender a memória coletiva deste grupo como sendo homogênea, pois como postulado por Halbwachs (2017), a memória coletiva não pressupõe a soma das memórias individuais de todos os sujeitos que compõe um determinado grupo de sociabilidade e sim por aquilo que se encontra substancialmente em comum entre os membros. Sobre este aspecto o sociólogo afirmou que a memória coletiva só se mantém ativa a partir de uma comunidade afetiva, pois:

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aqueles e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (HALBWACHS, 2017, p. 34).

Assim sendo, precisamos compreender como o tempo de atuação e os setores em que trabalham, as permitem ver e representar o universo cultural da feira livre segundo critérios específicos. Na Quadro 2 detalhamos melhor essas informações, a fim de nos subsidiarem na análise das memórias individuais acerca do trabalho feminino na CEASA.

Quadro 2

Relação entre anos de atuação profissional das feirantes na CEASA de Vitória da Conquista-BA com o regime de trabalho diário:

Participante	Tempo de atuação profissional	Regime de trabalho diário
Buriti	16 anos	10 horas
Caju	2 anos	10 horas
Cupuaçu	4 anos	12 horas
Mangaba	20 anos	12 horas
Cajá	15 anos	12 horas
Umbu	20 anos	10 horas
Maracujá	28 anos	12 horas
Cambuci	17 anos	10 horas
Ingá	40 anos	13 horas
Grumixama	20 anos	10 horas
Açaí	30 anos	10 horas

Elaboração própria, 2023.

Dentre as participantes, a grande parcela atua na CEASA há mais de duas décadas, tendo assistido e participado de diversas transformações no que diz respeito à administração pública local. Portanto, entendemos melhor quando elas se referiam em suas entrevistas à “época em que o PT estava no poder”, ao “governo de Herzem” ou ainda à “atual gestão municipal”. Esses indícios apontam para a consciência que essas trabalhadoras têm sobre a importância de determinadas plataformas políticas no processo de melhoria ou descaso na manutenção e controle dos espaços públicos, dos serviços essenciais e, especialmente, da CEASA. Neste aspecto, coadunamos com as conclusões de Borges (2009) de que as feirantes que atuam profissionalmente, em ambientes de pluralidade de ideias e de discussões de naturezas diversas, entre elas políticas, absorvem, adaptam e se constroem enquanto sujeitas ativas em matérias políticas, sendo, portanto, errôneo afirmar somente a partir do seu grau de instrução educacional que sejam elas despolitizadas.

Em observação aos dados apresentados acima, percebemos que a disparidade no tempo de atuação profissional na CEASA se torna mais evidente entre personagens como Caju, que iniciou sua jornada na feira livre em 2021, após as medidas sanitárias de flexibilização do isolamento social e do retorno das atividades comerciais; no outro extremo, encontramos Ingá, que atua na CEASA desde sua inauguração e que anteriormente ocupava a Praça da Bandeira, antes da transferência para o local onde a feira livre (CEASA) se encontra atualmente instalada. Ainda de acordo com esta última participante, diariamente precisa sair de casa às quatro horas da manhã e caminhar um longo trajeto até o local onde pega a condução para o centro de Vitória da Conquista. Ao cruzarmos as informações sobre o tempo de atuação profissional com a carga horária média diária de trabalho, levando ainda em consideração que essas feirantes trabalham seis dias da semana, percebemos uma sobrecarga, que afeta diretamente na qualidade de vida das participantes.

Partindo dessas constatações, questionamos às entrevistadas se elas se sentiam valorizadas socialmente pela profissão que exercem e no quadro geral, exceto por três das entrevistadas que alegaram se sentirem valorizadas, a maioria delas relataram não se sentirem e ainda sofrerem com maus tratos por parte de seus clientes. Dentre os tratamentos que se configuram enquanto maus tratos estavam as queixas com relação aos preços dos produtos praticados na feira livre, sendo comum, por exemplo, ouvirem a expressão “isso é um roubo”, o que segundo muitas as afetavam diretamente de forma negativa, pois estava implícita a ideia de que a carestia se dava pelo superfaturamento. No relato de quatro das participantes, por exemplo, encontramos recordações sobre esse tipo de conduta dos clientes. A participante Buriti informou que quase diariamente

ouvira a referida expressão, o que a obrigava a levar na “esportiva” e “fingir não ter escutado”, uma vez que todos os clientes deveriam ser bem tratados, até mesmo os mais “mal-educados”. Para Parley da Silva (2021), a dinâmica da feira livre, por possibilitar que os preços das mercadorias sejam negociados diretamente entre vendedores e clientes, permitem que determinadas veleidades e condutas grosseiras ocorram, pois, segundo a lógica imposta na memória coletiva de que “o cliente tem sempre razão”, muitos dos usuários dos serviços do mercado popular abusam do seu “poder de compra” enquanto que na outra extremidade alguns dos prestadores de serviços se sujeitam as condutas vexatórias e discriminatórias.

Entre as feirantes da CEASA, Açaí, Umbu e Caju disseram que se veem valorizadas socialmente enquanto feirantes, não apenas por parte da sociedade em geral quanto pelos fregueses que têm acesso diariamente. No meio termo entre o reconhecimento e a desvalorização social pelo posto de trabalho que ocupam, encontramos os relatos de Grumixama e Cambuci, que de acordo com a primeira “a parcela de clientes mal-educados é proporcional à parcela dos que nos tratam muito bem” enquanto que a última alegou não querer generalizar a forma pela qual era tratada e valorizada, optando em informar apenas que “os clientes são educados, mas muitos mal-educados, contudo, ganho o meu dia quando encontro alguém educado”.

Entretanto, como dissemos acima, para muitas das participantes deste estudo os tratamentos que lhes são dados pelos clientes estão marcados por diversas formas de abuso e opressão, sobretudo, com relação à qualidade dos produtos e aos preços cobrados. Maracujá, por exemplo, alegou não se sentir valorizada e acredita que a razão para isso se deva pelo fato de que muitas pessoas acham que os feirantes são pessoas ignorantes, que supostamente, por não ter nenhuma outra oportunidade na vida, precisam se sujeitar a qualquer forma de tratamento. De forma semelhante e muito abreviadamente Cajá informou não se sentir valorizada e ser constantemente desrespeitada, o que segundo ela a fazia avaliar sempre seu desejo em continuar exercendo a profissão que escolheu seguir.

Furtivamente Buriti nos informou que ao longo de seus mais de 40 anos de atuação profissional nas feiras livres de Vitória da Conquista havia passado por diversas situações constrangedoras, em que seus algozes eram oriundos de diversas classes sociais, pois como afirmou “a burrice e a falta de educação não tem cara, cor e classe social”. Já segundo Cupuaçu os clientes que mais a destrataavam eram as pessoas pobres e sem instrução, que sempre culpam os feirantes pelos preços caros de determinados produtos, sem nenhuma consciência sobre a margem de lucro dos vendedores, a sazonalidade de determinados gêneros e o trabalho que é necessário para adquirir, transportar, arrumar e conservar os produtos.

Dentre os relatos, dois deles nos chamaram atenção, o primeiro foi cedido por Mangaba ao alegar constantemente que era acusada de praticar valores abusivos e estar querendo “enriquecer” às custas dos fregueses. Conforme nos relatou, entre os feirantes a expressão mais escutada era: “isso é um roubo!”, a fazendo questionar seu lugar social e a sua profissão enquanto digna, o que muito lhe entristecia. Contudo, disse de forma comovente que a única forma de superar esse abuso era regressar para casa e saber que seu trabalho lhe permitia “colocar o pão na boca” de seus filhos(as), a principal razão que a fazia acordar cedo todos os dias e retomar ao seu posto de trabalho.

Comovente também foi o relato cedido por Ingá, ao nos contar que pouco antes de conceder a entrevista havia sofrido uma agressão verbal por uma “mulher granfina”, que ao se insatisfazer com o preço de um dos seus produtos passou a esbravejar em alto e bom tom que ela estava tentando lhe roubar “na cara dura” e “em plena luz do dia”. De acordo com a participante a situação lhe deixou muito mal, causando insatisfação por parte de seus colegas de trabalho que rapidamente e de forma discreta se reuniram em torno de seu ponto; ainda segundo seu relato, a situação foi tão constrangedora que o próprio esposo da agressora fez questão de

lhe pedir desculpas e em seguida retornar e comprar o produto, sem questionar o preço cobrado. Como Ingá afirmou, situações como estas não são anômalas na rotina dos feirantes, que recorrentemente são destratados e precisam “engolir” o seu orgulho, mesmo acreditando terem motivos para se oporem aos maus tratos, pois como ela mesmo afirmou, por diversas vezes pensou em revidar às agressões sofridas, mas por temer perder a “razão” e pela sua integridade física, especialmente em decorrência de sua idade avançada, teve que “engolir muito sapo nesta vida”.

Ainda com base nas memórias individuais desta última participante, na CEASA é comum diversas formas de agressões verbais, contudo, acredita que dificilmente essas violências evoluirão para agressões físicas, especialmente por existir ali uma rede de proteção entre os feirantes, o que certamente desencorajaria muitos dos agressores. Notamos como essa temática sensibilizou a participante, que além do caso acima narrado, fez questão de nos contar em detalhes outro fato ocorrido uma semana antes da entrevista, no qual uma senhora que, segundo ela, aparentava ter a mesma idade que a sua, retornou ao seu ponto dois dias após comprar um dos seus produtos, alegando que ele estava estragado. Segundo Ingá foi necessário “levar na esportiva”, pois a queixosa exigiu ser reembolsada, porém, havia consumido quase todo o produto. De acordo com a feirante essa também não era uma situação incomum.

Com relação à construção de redes de sociabilidade e de proteção mútua, concluímos que, mesmo atuando em um ambiente onde impera o individualismo no que diz respeito ao sucesso em suas vendas, nas feiras livres existem uma pluralidade de redes de apoio, onde a partir do compartilhamento de experiências em comum é possível criar e solidificar vínculos afetivos, permitindo, assim, a construção de um pertencimento de grupo, responsável pelo surgimento de uma memória coletiva. Pois, como afirmou Alexandre (2017), para Halbwachs (2017), é somente a partir do afeto que um grupo social se constitui e se torna expressivamente capaz de construir uma memória coletiva.

Considerações finais

Ao examinarmos o perfil socioeconômico das 11 participantes, percebemos o protagonismo dessas trabalhadoras na manutenção de seus núcleos familiares, onde grande parte de seus ganhos são revestidos no custeio do sustento de seus filhos(as) e/ou dependentes, além dos gastos com cuidado e estudo. Ademais, muitas das participantes relataram serem elas as principais mantenedoras de seus domicílios, dado que é corroborado pelo cruzamento das rendas médias individuais mensais com as rendas médias familiares mensais. Com base nisso, confirmamos nosso pressuposto de que o trabalho na feira livre garante para muitas das feirantes contribuírem com a sobrevivência de seus núcleos familiares e alcançar a emancipação financeira, responsável por promovê-las enquanto sujeitas capazes de enfrentar as desigualdades de gênero que imperam no contexto social brasileiro.

Mesmo constatando o protagonismo feminino em matéria financeira, o que subverte a lógica de que as mulheres são “o sexo frágil” e, portanto, dependeriam da proteção masculina, muitas das participantes alegaram não receberem o reconhecimento social pela profissão que exercem, sendo constantemente submetidas às vexações, aos maus tratos e ao acúmulo das funções domiciliares. No que se refere ao acúmulo do serviço doméstico com o trabalho extra domicílio, observamos a persistência da responsabilização das mulheres pelos afazeres domésticos e aos cuidados com os filhos(as) e/ou dependentes. Nos casos em que as participantes afirmaram não serem as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, as atribuições por esses serviços recaíam em outras mulheres ou as filhas mais novas, confirmando a lógica desigual de que “serviço de casa é papel da mulher”. Ainda com relação a este aspecto, não identificamos nenhuma crítica a modelo de domesticidade do gênero feminino, indício de uma memória coletiva que naturaliza a divisão social do trabalho e qualifica o serviço doméstico enquanto atividade não produtiva.

Em se tratando das condições de trabalho no espaço da feira livre, observamos três fatores que representam enorme insatisfação entre as trabalhadoras: a falta de higiene, a ausência de segurança pública e a inexistência de fiscalização ao comércio paralelo. Segundo as entrevistadas, mesmo que o serviço de limpeza seja fornecido pela administração pública, sua qualidade é precária e insuficiente, contudo, não são unânimes em atribuir a responsabilidade aos órgãos competentes. Entre os culpados pela falta de higiene na CEASA, aparecem o poder público, os feirantes e os usuários. Entre as medidas que urgem serem implantadas estaria o aumento da periodicidade da limpeza diária.

A segurança pública também foi apontada por grande parte das participantes como um fato de descontentamento, porém, mais uma vez, não houve unanimidade na responsabilização do poder público por essa omissão. Descobrimos, além disso, que a falta de segurança gera descontentamento e a solução encontrada pelos trabalhadores, foi arcarem com gastos adicionais na contratação de profissionais encarregados pela vigilância noturna, fator esse que interfere diretamente nos ganhos médios das trabalhadoras aqui ouvidas.

Unânime, contudo, foi a insatisfação com o comércio paralelo de trabalhadores não licenciados, sendo considerado por todas enquanto “comércio clandestino e ilegal”. Nossa conclusão é de que o poder público local é o principal responsável por esse problema, por não promover fiscalizações dos pontos comerciais vacantes e concentrados nas mãos de alguns poucos feirantes que os adquirem de forma ilegal. A partir dessa medida, a parcela excluída da formalidade pela posse de um ponto, poderia ser absorvida e extinguir a oposição entre “nós feirantes” e “os outros”. Como apontamos, julgamos legítimo o incômodo que o comércio paralelo representa para as feirantes, pois como muitas apontaram, a prática tem gerado enormes prejuízos aos licenciados que ocupam o interior dos pavilhões e que pagam com seus tributos. Dentre os elementos em comum presentes nas narrativas das feirantes, observamos como a insatisfação com os vendedores não licenciados confere pertencimento de grupo as trabalhadoras, permitindo a construção de uma memória coletiva.

Consideramos que o estudo das memórias das feirantes é crucial para a preservação da história local e das identidades culturais, uma vez que essas mulheres atuam como protetoras de tradições, costumes e conhecimentos que são centrais para a cultura de uma comunidade. As feirantes, através de suas práticas diárias e das histórias que carregam, mantêm viva uma memória coletiva que abrange desde técnicas agrícolas e saberes culinários até formas de organização social e econômica. Ao analisar suas trajetórias e experiências, por meio da oralidade, é possível resgatar narrativas que muitas vezes ficam à margem das grandes histórias oficiais, mas que são fundamentais para a compreensão da identidade local. Além disso, valorizar o papel das feirantes contribui para fortalecer o sentido de pertencimento e a continuidade das tradições, garantindo que esses saberes e identidades não se percam com o tempo.

Referências bibliográficas

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, [1977] 2016.
- BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. *Psicologia - USP*, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34480>. Acesso 09 de set. 2022
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Biblioteca de letras e ciências humanas, 1979.
- BORGES, Carla Luzia Carneiro. Narrativas de vendedores em Feira de Santana: entre memória e o esquecimento das feiras-livres. *Anais do EBECULT – II Encontro Baiano de Estudos em Cultura, Feira de Santana, 2009*. Disponível em: https://www.academia.edu/4078265/NARRATIVAS_DE_VENDEDORES_EM_FEIRA_DE_SANTANA_ENTRE_A_MEMORIA_E_O_ESQUECIMENTO_DAS_FEIRAS_LIVRES. Acesso 09 de set. 2022
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996*. Brasília: Senado Federal; Subchefia da Presidência da República, 1996.
- BRASIL. IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Demonstrativo de empregabilidade e renda do município de Vitória da Conquista/BA,2020*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama>. Acesso 09 de set. 2022
- FEDERICI, Silvia. *El patriarcado del salario: criticas feministas al marxismo*. Madri: mapas, 2018.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,2006.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, [1950] 2017.
- HALBWACHS, Maurice. ([1925] 1994). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris, Ed. Albin Michel, 1994.
- PIERRI, Maria Clara Queiroz Mauricio. *Um recorte em território artificializado: agricultura familiar e comercialização na feira dos Goianos-Gama/DF*. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária/UnB. Brasília: 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7582>. Acesso em: 3 de out. 2021
- PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. *Prefeitura faz limpeza e conscientização em feiras da cidade*. Vitória da Conquista, 12/03/2020. Disponível em <https://www.pmvc.ba.gov.br/prefeitura-faz-limpeza-e-conscientizacao-em-feiras-da-cidade>. Acesso em: 07 de junho de 2020
- SAFFIOTI, Heleieth; Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SANTOS, Adma Viana; ROCHA, Érica Aparecida Vaz. A ordenação do trabalho informal: conflitos no/pelo território. *GEOGRAFIA*, Rio Claro, n. 2, v. 44, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/15118>. Acesso de 09 de set. de 2022
- SARDENBERG, Cecília Maria Becellar. *A face feminina do Complexo Metal-mecânico: mulheres metalúrgicas no Norte e Nordeste*. 1 ed. Salvador: NEIM/UFBA – Coleção Baianas, 2004.

SILVA, Parley Lopes Bernini da. Trabalho e inclusão social: estudo sobre as representações sociais de mulheres feirantes de Barbacena – MG. Dissertação (Mestrado em Extensão rural) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural. Viçosa: UFV, 2021.

NOTAS

- [1] A CEASA de Vitória da Conquista é denominada oficialmente de Feira Livre Edmundo Flores. A sigla CEASA significa Central Estadual de Abastecimento. Neste trabalho usaremos a sigla para nos referirmos ao *lôcus* de investigação.
- [2] O município de Vitória da Conquista tem uma população de cerca de 370.879 ha. de acordo com o censo do IBGE Cidades (2022).
- [3] Alimentos *in natura* são alimento que não sofreram nenhum tipo de alteração físico-química como, por exemplo, cozimento, processamento ou ultra processamento.
- [4] De acordo com Constituição Federal, de 1988, a maioridade civil tem início aos 18 anos de idade perdurando até os 59 anos, a partir dos 60 anos a pessoa é considerada idosa, conforme rege a Lei 10.741, de 1 de outubro de 2003, conhecida como Estatuto da Pessoa Idosa.

LIGAÇÃO ALTERNATIVE

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/8131/7752> (pdf)

AmeliCA

Disponível em:

<https://portal.amelica.org/ameli/ameli/journal/507/5075138011/5075138011.pdf>

Como citar este artigo

Número completo

Mais informações do artigo

Site da revista em redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe,
Espanha e Portugal

Priscilla Rosa Azevedo, Raick de Jesus Souza

MEMÓRIAS DAS FEIRANTES SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE VIDA E TRABALHO NA CEASA DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

MEMORIAS DE COMERCIANTES DEL MERCADO SOBRE SUS TRAYECTORIAS DE VIDA Y TRABAJO EN CEASA DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

MEMORIES OF MARKET WOMEN ABOUT THEIR LIFE AND WORK TRAJECTORIES AT CEASA IN VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Caminhos da História

vol. 29, núm. 2, p. 135 - 153, 2024

Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil

revista.caminhosdahistoria@unimontes.br

ISSN: 1517-3771

ISSN-E: 2317-0875

DOI: [https://doi.org/10.46551/](https://doi.org/10.46551/issn.2317-0875v29n2p.113-134)

[issn.2317-0875v29n2p.113-134](https://doi.org/10.46551/issn.2317-0875v29n2p.113-134)



CC BY-NC 4.0 LEGAL CODE

Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.